

TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO  
EIXO TEMÁTICO: **JR, CONFLITOS E CULTURA DA PAZ**

**DATA:** 23/08/2013 às 13h30

**SALA:** 5333 – BLOCO 53

**COORDENAÇÃO DE MESA:** Mauro Gaglietti e Taise Trentin

Nº	AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
1	Marcia A. Fernandez	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA: POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL PROSPECTIVO E MAIS HUMANO</b>
2	Charlise P. Colet Gimenez Aline Ferreira da Silva Diel	<b>A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS NA NOVA LEI DE DROGAS</b>
3	Letycia S. Fontes Roggero Pedro H. Savian Bottizini	<b>A JUSTIÇA RESTAURATIVA POTENCIALIZA O ACESSO HUMANIZADO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>
4	Isabel Cristina Martins Silva Graziela Neves Pozzobon	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS</b>
5	Muriel M. Machado Ademar Pozzatti Junior Camila Mabel Kuhn	<b>O REENCONTRO DO DIREITO COM A JUSTIÇA ATRAVÉS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
6	Maria Coeli Nobre da Silva Maria Oderlânia T. Leite Emmanuella C. Chaves	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO: CONSÓRCIO RELEVANTE E INDIVORCIÁVEL PARA CONDUZIR O CONFLITO JURÍDICO-PENAL</b>
7	Lisiane Ligia Mella Jéssica Limberger Talzamara de O. Duarte	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DE PAZ: DESENVOLVENDO AÇÕES EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO PARA A PAZ</b>

8	Thais Miranda Moreira Lidiane Maurício dos Reis Rafael Alem Mello Ferreira	<b>AMPARO AO DESAMPARADO: JUSTIÇA PENAL RESTAURATIVA, UMA FORMA DE CONSIDERAR A VÍTIMA DIANTE DE UMA INFRAÇÃO PENAL</b>
9	Cleidiane Sanmartim Analice Schaefer de Moura	<b>A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO MEIO EFICIENTE DE RECOMPOR VÍNCULOS AFETIVOS PREJUDICADOS</b>
10	Simone Andrea Schwinn Luciana Manica Gössling	<b>POR UMA CULTURA DE PAZ: A JUSTIÇA RESTAURATIVA ENQUANTO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>
11	Aline Casagrande Taise Rabelo Dutra Trentin	<b>PARA ALÉM DA TAREFA DE SÍSIFO: RESTAURAR PARA SOLUCIONAR</b>
12	Luci M. M. Bonini Valéria Bressan Candido	<b>CULTURA DE PAZ E O DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO EM HELIÓPOLIS</b>